

A SELEÇÃO DE ENFERMEIROS PARA OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1994): PESQUISA HISTÓRICA

Marcleyde Silva de Azevedo Abreu¹, Alexandre Barbosa de Oliveira¹, Maria Angélica de Almeida Peres¹, Gertrudes Teixeira Lopes¹, Antonio José Almeida Filho¹, Tânia Cristina Franco Santos¹

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

Study historical-social. **Objective:** to describe the process of selection of the first class of officers nurses of the Assistant Health Framework in Military Police of the Rio de Janeiro`s State, in 1994. Historical sources: written documents and interviews with officers nurses belonging to the first class of the Assistant Health Framework. The findings were organized, classified and contextualized in accordance with the historical method. The analysis of the datas had the theoretical reference of the Pierre Bourdieu`s Theory of the Social World. **Results:** The rigor of the selective process has led to the inclusion of candidates suitable for the incorporation of a *habitus* military that, in the last instance, represented the possibility of learning a *habitus* appropriate future social position.

Descritores: Nursing; History of Nursing; Military Nursing.

INTRODUÇÃO

No início da década de 1990, a Cidade do Rio de Janeiro sofria com o aumento de criminalidade, que já ameaçava gravemente a ordem pública. Dentre as medidas tomadas para melhorar e fortalecer a Secretaria de Segurança Pública, destaca-se a realização de concursos públicos para policiais militares da tropa, os quais viabilizaram o ingresso de aproximadamente 2000 soldados. Paralelamente, houve um aumento expressivo do número de atendimentos nos dois hospitais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ): Hospital da Polícia Militar de Niterói e Hospital Central da Polícia Militar tanto em consequência do aumento dos índices de criminalidade na Cidade, como também do aumento do efetivo da Corporação¹.

Além disso, o aumento do efetivo da Corporação através desses concursos demandava também a necessidade de estender a assistência médica e hospitalar aos policiais

militares e aos dependentes dos soldados recém ingressos², o que concorria para aumentar ainda mais o número de atendimentos dos hospitais da Polícia Militar e, conseqüentemente, agravar os problemas da insuficiência numérica de profissionais de saúde, em especial, de enfermeiros e pessoal de nível médio.

Sendo assim, em 1993, o governador do Estado do Rio de Janeiro à época, Leonel de Moura Brizola, criou o Quadro de Oficiais Enfermeiros através da Lei nº 2.206, de 27 de dezembro de 1993. De acordo com o artigo 8º desta lei as 163 vagas existentes de soldado seriam convertidas em 56 vagas de oficiais enfermeiros do Quadro de Oficiais de Saúde do Quadro I, que entrariam com a patente de 2º tenente PM enfermeiro, podendo alcançar a patente máxima de major, pois o quadro criado era constituído de: dois majores, dez capitães, 20 primeiro tenentes e 25 segundo tenentes³.

O processo seletivo para a primeira turma de oficiais enfermeiros foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no dia 8 de março de 1994; neste, foram divulgadas as normas para entrada no oficialato de enfermagem da Polícia Militar. Na ocasião, o comandante geral da PMERJ era o coronel PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira⁴.

O edital do Concurso de Admissão de Segundo Tenente Enfermeiro, do Quadro de Saúde da PMERJ (1994) determinava o cumprimento dos seguintes requisitos: "ser policial militar da Corporação ou militar da ativa de outras Forças Armadas, ou civis em dia com o serviço militar; ser brasileiro nato; candidatos de ambos os sexos; possuir inscrição no Conselho Regional de Enfermagem; não estar respondendo a processo ou inquérito criminal e ou administrativo e não ter sido condenado, em qualquer época por crime ou contravenção, em sentença transitada em julgado; ter autorização das respectivas autoridades para prestar concurso; possuir o grau hierárquico máximo de segundo tenente, se militar; se for reservista, ter sido excluído da última organização militar com conceito 'bom', no mínimo; ter até 34 anos de idade em 31 de dezembro de 1994, exceto o militar; recolher a taxa de inscrição em qualquer agência bancária BANERJ a favor da Fundação Escola de Serviço Público FESP-RJ; e estar em dia com as obrigações eleitorais"⁵.

O processo de avaliação foi realizado em duas etapas sucessivas, de caráter eliminatório, à exceção da prova de títulos que foi classificatória. A primeira etapa constou de avaliação dos conhecimentos específicos de enfermagem, com prova escrita, contendo 30 questões objetivas e 10 questões discursivas. A segunda etapa comportou a realização de prova prático-oral sobre procedimentos técnicos de enfermagem.

Para o exame de saúde, o candidato era submetido a uma avaliação por uma Junta de Inspeção de Saúde da própria corporação⁵. Uma vez aprovados nas etapas eliminatórias, os candidatos eram submetidos ao exame de suficiência física. Nesta etapa, eram realizados o Teste de Aptidão Física, que constava de avaliação física com teste de corrida, abdominais e flexões de braço.

O processo seletivo contava ainda com a análise psicológica, cujo exame visava eliminar os candidatos que não apresentassem perfil para o desempenho da carreira na Policial Militar. O exame social, última etapa do concurso, constava de Pesquisa Social, a qual compreendia o preenchimento de questionários pelo candidato, diligências, entrevistas e pedido de informações sobre os mesmos. Portanto, a pesquisa social visava verificar, "in loco", o comportamento e idoneidade do candidato⁶.

Depreende-se do exposto que o concurso para o ingresso de enfermeiros no oficialato da Polícia Militar foi longo e extremamente rigoroso. E, para estudar a problemática que o envolveu, traçamos o seguinte objetivo: analisar o processo de seleção da primeira turma de oficiais enfermeiros do Quadro Auxiliar de Saúde na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

A relevância social deste estudo consiste na possibilidade de divulgar a produção científica sobre a inserção do enfermeiro no campo militar, especialmente no que se refere à presença feminina em um cenário bicentenário e tradicionalmente consagrado aos homens.

Abordagem metodológica e teórica

Este é um estudo histórico-social, cujas fontes primárias estão constituídas de documentos escritos e depoimentos orais de oficiais enfermeiras pertencentes à primeira

turma do Quadro Auxiliar de Saúde da PMERJ. Foram excluídos os oficiais do sexo masculino. Foram realizadas dez entrevistas semi-estruturadas, no período de outubro a dezembro de 2010, em locais e horários agendados em conformidade com as preferências das pessoas entrevistadas. Na ocasião, foram tomadas todas as providências relativas ao cumprimento das diretrizes da Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde. Outrossim, o projeto que deu origem a este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Escola de Enfermagem Anna Nery / Hospital Escola São Francisco de Assis / UFRJ em 31 de agosto de 2010, através do Protocolo nº 085 / 2010. As fontes secundárias, constituídas de artigos e livros, teses e dissertações sobre o tema, consubstanciaram a análise dos dados derivados das fontes primárias do estudo, as quais constituíram o corpus documental.

Os dados foram organizados, classificados e contextualizados em conformidade com o método histórico. Já a análise dos dados teve como referência teórica o pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu, especialmente no que concerne aos conceitos de *habitus*, poder simbólico, violência simbólica e dominação masculina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As motivações para o ingresso no oficialato da Polícia Militar do Estado de Rio de Janeiro

O concurso de admissão de oficiais enfermeiros na PMERJ, no ano de 1994, constituiu um atrativo para os enfermeiros que buscavam atuação em uma instituição que oferecesse segurança e estabilidade financeira. Varias motivações determinaram a opção dos enfermeiros pelo oficialato da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. No excerto de uma das entrevistas pode ser percebida parte das motivações:

Então, o que me motivou não foi o fato de eu gostar do hospital. A motivação veio da promoção porque, como enfermeira civil, estava estagnada. Eu me sentia constrangida em permanecer em um hospital militar, pois, meus colegas conseguiram alcançar um cargo maior, e era uma situação que eu me

sentia desprestigiada. Mas, não foi por gostar do hospital que me levou a buscar o concurso, e sim a motivação financeira e de status social. (Ent. nº 1)

A entrevistada evidencia suas percepções sobre as dificuldades de crescimento profissional na condição de civil em uma instituição militar. Essa interdição da enfermeira civil em um hospital militar evidencia que a estruturas constitutivas do campo reproduz as estruturas e as hierarquias deste e nesse sentido, onde os agentes não têm outra escolha, a não ser lutar para manterem ou melhorar a sua posição no campo, ou seja, “para conservarem ou aumentarem o seu capital”⁷. Outro depoimento evidencia a adesão da entrevistada à mística da instituição militar, ao afirmar que os pilares da Polícia Militar já faziam parte do seu estilo de vida:

Foi o primeiro emprego e eu criei amor pela casa. Questões de disciplina e hierarquia que são os pilares da Polícia Militar também faziam parte de minha conduta de vida. Esses valores estavam arraigados em mim e vinham de ensinamentos da família. Eu achava isso muito bonito e também alimentava o sonho de contribuir para essa nova forma da própria instituição de ter mais harmonia e crescer. Levar a enfermagem a outro nível, outro patamar da própria corporação, que foi minha escola e também minha lição de vida... Ali eu casei. Ali eu tive meus filhos. Então, eu tenho afeto pela PM em todos os sentidos, emocionais..., pessoais... (Ent. nº 3)

A análise detida no teor dessas palavras evidencia a incorporação de uma linguagem domesticada, ou seja, da censura tornada natureza, a internalização das disposições necessárias à oficial enfermeira, pois, os efeitos exercidos pelas novas experiências sobre o *habitus* das candidatas dependem da relação de compatibilidade prática entre essas experiências e as demais já integradas ao *habitus*.

Não obstante, outra entrevistada, que já pertencia à instituição como membro da equipe de enfermagem e como militar (Praça), registra motivações, as quais evidenciam que o diploma de enfermeiro e a patente de oficial funcionam como uma espécie de credencial, as quais conferem ao seu portador maiores possibilidades no campo, uma vez que os títulos sociais de crédito (títulos escolares, diplomas) conferem posições sociais cujo acesso é obtido por esses títulos⁸:

As motivações, eu desenvolvi por dois anos, três anos e pouco, quando houve o primeiro grupo de cabos enfermeiros. Eu percebi que havia necessidade, tive experiência lá fora e, havia necessidade de ter um enfermeiro para direcionar as ações de enfermagem. Nós tínhamos a presença de alguns enfermeiros, que eram civis, alguns enfermeiros graduados e, aqui na instituição, faziam serviços de enfermagem, entre aspas. Fazia serviço burocrático. O exercício da enfermagem mesmo ficava à deriva. Isso começou a me incomodar. Nessa época eu estava fazendo graduação em Enfermagem, e estava com outra cabeça, outra mentalidade, outra visão. Eu estava vendo que aquilo não estava me satisfazendo. Eu via que era a oportunidade de crescer, visto que eu já era cabo. Poderia ser aprovada e vir a ser oficial da mesma instituição. (Ent. nº4)

Merece ressaltar a expressão “entre aspas” que a entrevistada utiliza quando se refere à qualidade dos serviços de enfermagem. Tal expressão contribui para que a palavra não signifique aquilo que parece significar, colocando-a em descrédito pela imposição de uma ruptura categórica entre o saber sagrado e o saber profano, de modo a preservar o monopólio de um saber ou uma prática⁹.

De maneira geral, as diferentes motivações apresentadas pelas entrevistadas convergiram no que dizia respeito à busca de um emprego estável, possibilidade de ascensão social e admiração pela carreira militar. Para concorrer a uma vaga nesse Quadro, precisaram dedicar tempo em preparação para as muitas etapas de provas. Nesse sentido, o próprio processo seletivo representava a possibilidade de escolher as candidatas com as predisposições necessárias à incorporação do *habitus* militar. Portanto, o concurso visava selecionar àquelas que se fizessem ver e crer como aptas à incorporação das coisas e práticas militares que, em última instância, representaria o aprendizado de um *habitus* adequado à nova posição social.

O processo de seleção para o oficialato

Certamente, o tempo que os candidatos investiram para a participação exitosa nas diversas etapas tenha requerido uma maior dedicação e contribuído para seleção de candidatas mais qualificadas. Esse esforço é expresso por um das entrevistadas:

Bem, eu não tinha um livro específico, ou apostila. A Graziela e eu estudávamos juntas e queríamos passar. Nós não admitíamos que não fossemos passar no concurso. Estudávamos todos os dias e

confeccionávamos o nosso material. Na minha cabeça e da enfermeira, não havia a hipótese de não sermos aprovadas, pois tínhamos passado por tantas coisas juntas... Então, chegou o dia tão esperado e estávamos muito ansiosas, pois tínhamos que mostrar que éramos boas, para evitar comentários maldosos que havia na época que nos seríamos beneficiadas. Muitas colegas nossas foram reprovadas ainda na primeira fase, que correspondia à prova escrita. Logo depois foi a segunda fase com provas práticas. (Ent. n^o1)

Assim, depreende-se que, "as oportunidades que os agentes têm de se submeter às leis do campo são proporcionais à sua força sobre o campo"¹⁰, isto é, a posse do capital em apreço no campo. Ademais, o que estava em jogo era uma vaga de oficial em uma instituição militar, o que representava a oportunidade de reclassificar os agentes (enfermeiros) que já atuavam na instituição, seja como enfermeiro civil ou como militar (Praça). Nesse sentido, o concurso para oficial enfermeiro da Polícia Militar se revestiu de grande importância para esses candidatos por representar a possibilidade de empoderamento na instituição mediante a visibilidade de seu capital profissional, uma vez que "é a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer"¹⁰, ou seja, é a posição ocupada pelos agentes nessa estrutura que determina ou orienta as suas tomadas de posição.

O excerto com as palavras de outra entrevistada ratifica o anterior no que concerne ao rigor e duração do processo seletivo, acrescentando sua perplexidade acerca do exame psicológico e da pesquisa social:

Primeiro foi uma prova objetiva, em seguida, uma prova oral e, depois, foi o psicotécnico com mais de 300 perguntas que se repetiam, de 20 em 20 e depois de 10 em 10..., era a mesma coisa perguntada de outras formas para desvelar o seu perfil pessoal. Como você se via enquanto pessoa, eu acho que era para pegar o mentiroso. Eu me lembro perfeitamente disso porque uma amiga minha que fez não passou, e era muito mentirosa mesmo. Então, quando ela tentou esse concurso, o processo foi interrompido, porque foi justamente na etapa do psicotécnico que ela ficou. Eram várias perguntas, tinha uma Pesquisa Social. Lembro que durante essa pesquisa, eles foram até o INCA perguntar sobre mim, sendo essa, a última etapa, e foi uma surpresa para mim, eu não sabia que a pesquisa social era feita dessa forma. (Ent. n^o2)

Sendo assim, ao tempo em que se buscava salvaguardar a imagem da instituição também se resguardava a imagem do novo grupo, através da seleção de candidatas

cujas disposições pessoais e morais as tornariam aptas à incorporação de um *habitus* afinado aos valores e virtudes militares. Nesse processo, buscava-se atestar o comportamento social prévio das candidatas, a fim de tentar garantir a observância de atributos que fossem condizentes com as expectativas da Força¹¹⁻¹². Portanto, o êxito no concurso colocaria as candidatas em uma posição distinta e distintiva, uma vez que conferiria visibilidade não somente ao seu capital profissional, mas também ao seu capital social¹³. Sobre o rigor das provas uma das entrevistadas compara a aprovação em cada etapa do concurso como a coroação dos melhores:

O processo seletivo é um processo complexo. Não é um concurso como outro qualquer, que você faz uma prova e você está qualificado a assumir um cargo. É um processo que envolve várias fases, foi prova objetiva, exame físico, psicológico... Então, é um processo longo, bastante desgastante, porque você fica bastante ansioso, porque a cada etapa você vai vendo depois pessoas sendo eliminadas, e você se coloca na instabilidade... 'Será que eu vou ser o próximo eliminado? (Ent. nº 9)

Com efeito, a disputa pela classificação era estimulada entre os concorrentes de modo a garantir, para os concorrentes, as melhores classificações no final do processo, e, para a instituição, a incorporação daqueles que lograram melhores resultados. Depreende-se das falas que a necessidade de aprovação se inscreve na lógica da pretensão das propriedades dos dominantes as quais contribuem para assegurar posições de poder e prestígio social. Assim, as lutas por essas posições representam o movimento perpétuo dos agentes no diversos espaços sociais, pois, "ao menos que se excluam do jogo, os agentes não têm outra escolha, a não ser lutar para manterem ou melhorarem a sua posição no campo, quer dizer, para conservarem ou aumentarem o capital específico que só no campo se gera, contribuindo assim para fazer pesar sobre os outros os constrangimentos freqüentemente vividos como insuportáveis, que nascem da concorrência"⁷.

As candidatas expressaram algumas dificuldades em relação ao exame médico:

Nossa..., foi horrível. Foi aqui no segundo andar do prédio velho, numa sala com médico ginecologista, cirurgião geral, clínico e obstetra. Na sala mal dava

para se ficar de pé. Primeiro a ortopedia solicitou que fizéssemos aquela posição de tentar tocar o pé e entre uma coisa e outra o cirurgião chegou e com um gesto brusco arriou nossa calça. Por baixo estávamos usando como roupa íntima calcinha e sutiã. Arriou até a altura que pudesse examinar para saber se tínhamos hérnia. Aquele gesto foi um choque, porque nós não esperávamos que ele fizesse dessa forma. Havia uma turma aguardando do lado de fora, pois entravam cinco de cada vez, e isso repercutiu logo quando saímos gerando um sentimento de revolta. Na seqüência dos exames, passamos para o otorrino, oftalmologista e não foi nessa sala, mas em outro local. O que posso dizer sobre o exame médico é que foi realmente horrível pelo constrangimento que se sucedeu após o fato, não esperávamos que ele fosse fazer isso. Normalmente abria a camisola..., e ele chegou nesse movimento brusco. Não lembro se a reclamação continuou após a entrada do segundo grupo, porque a turma era muito grande não lembro se nos grupos seguintes houve mudança. (Ent n° 3)

Como evidenciado neste e em outras entrevistas a forma de abordar o corpo das candidatas, de acordo com a percepção das entrevistadas, reproduz, simbolicamente, a dominação masculina que as mesmas foram submetidas, mediante o gesto brusco do médico, ao expor a região a ser examinada. Merece destaque também o caráter coletivo em relação ao número de candidatos e a presença de médicos de várias especialidades. Cabe referir também que no momento do exame as candidatas não esboçaram reação quanto à atitude do cirurgião. Isso porque o exercício da violência simbólica pelos dominantes conta com a contribuição dos dominados, seja à sua revelia ou até contra sua vontade, mediante a aceitação tácita da dominação¹⁴.

No que se refere ainda à violência simbólica no processo de seleção, outra entrevistada também relata constrangimento, acrescentando que:

O exame médico, que foi outra avaliação muito desgastante para o grupo, pois eles não se organizaram para receber esse número grande de mulheres. Durante o exame, houve algumas interrupções por parte da falta de privacidade. Tivemos que nos reportar à Direção. Depois, as condutas se normalizaram. (Ent. n° 3)

O recorte acima revela tanto o seu constrangimento como o das demais candidatas durante o exame médico, acrescentando que a falta de informação prévia acerca das condições de realização do exame teve como consequência a exposição desnecessária do corpo das candidatas. Apesar do constrangimento, todas as candidatas se submeteram ao exame, evidenciando uma "lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão

feminina, qual seja, a sujeição da dominação de forma espontânea, e, ao mesmo tempo, extorquida”⁷, uma vez que as candidatas se sujeitaram espontânea e obrigatoriamente às condições estabelecidas para exame, o que denota a incorporação de disposições femininas perfeitamente ajustadas à ordem social vigente, que coloca as mulheres em posições desvantajosas em relação aos homens (médicos e militares) naquele espaço social.

Não obstante, outro trecho evidencia a ausência de percepção acerca de condições desfavoráveis às candidatas por ocasião da realização do exame médico:

Depois dos exames laboratoriais, passamos por uma junta médica. Tinha clínicos, ortopedistas. Primeiro foi o clínico que aferiu a pressão. Deu ênfase maior na pressão. Depois do clínico, com o histórico, foi o ortopedista e outro... O que mais me fixou foi isso, o clínico e o ortopedista. Para mim, foi um exame muito tranqüilo. Porque éramos várias enfermeiras. Primeiro, passamos pelo clínico e depois o ortopedista. Foi o que me fixou mais. Eu não me lembro de ter sido constrangedor, não, foi tranqüilo. Foi respeitoso, não me lembro de nada... (Ent. nº 6)

Essa postura reafirma a existência da “fronteira mágica entre os dominantes e os dominados, em que a magia do poder simbólico desencadeia e pelos quais os dominados contribuem”⁷, aceitando tacitamente a força simbólica exercida diretamente sobre os corpos, como que por magia, sem qualquer coação física, uma vez que as disposições internas estavam harmonizadas com a dominação imposta.

CONCLUSÃO

Depreende-se do exposto que a natureza e o rigor do processo seletivo visavam selecionar candidatas aptas à incorporação das coisas e práticas militares que, em última instância, representaria o aprendizado de um *habitus* adequado à nova posição social.

Tal situação demonstrava o uso de artifícios que bem reiteravam a necessidade daqueles futuros oficiais em estarem afinados na observância de uma prática calcada nos propósitos dos espaços militarizados, onde a disciplina e hierarquia, suas bases de

sustentação, deveriam ser internalizadas e reproduzidas (ao longo do tempo) tanto no seu modo de ser/fazer, quanto nos seus próprios discursos.

Ao finalizar o presente estudo, foi possível elaborar uma versão histórica sobre alguns aspectos do ingresso de mulheres no oficialato da Polícia Militar. No entanto, é importante dar continuidade aos estudos para que se possa aprofundar o entendimento sobre os processos simultâneos de profissionalização da mulher e da enfermeira, em especial, de sua presença feminina em cenários militares. Ademais, as versões e interpretações aqui desenvolvidas não são mais que verdades provisórias, já que o vivido é irrecuperável.

REFERENCIAS

1. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Boletim da Polícia Militar nº 205, de 01 de novembro de 1994. Rio de Janeiro (RJ), 1 nov 1994.
2. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Portaria 0062, de 17 de fevereiro de 1993. Instruções Reguladoras para Assistência Médica Hospitalar. Rio de Janeiro (RJ), 17 fev 1993.
3. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Boletim da Polícia Militar nº 243, de 28 de dezembro de 1993. Rio de Janeiro (RJ), 28 dez 1993.
4. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Boletim da Polícia Militar nº 44, de 09 de março de 1994. Rio de Janeiro (RJ), 9 mar 1994.
5. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial de Estado do Rio de Janeiro nº 44, de 08 de março de 1994. Rio de Janeiro (RJ), 8 mar 1994.
6. Fundação Escola do Serviço Público. Manual do Candidato. Rio de Janeiro: Fundação Escola do Serviço Público; 1994.
7. Bourdieu P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2010.
8. Bourdieu P. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk; 2007.
9. Bourdieu P. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp; 1998.
10. Bourdieu P. Usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp; 2004.
11. Oliveira A B, Santos TCF, Barreira IA, Lopes GT, Almeida-Filho AJ, Amorim WM. Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no front do Pós-Guerra: o processo de reinclusão no Serviço Militar do Exército Brasileiro (1945-1957).

12. Oliveira AB, Santos TCF. Enfermeiras brasileiras na retaguarda da segunda Guerra Mundial: repercussões dessa participação. *Texto Contexto Enfer.* 2009 out-dez; 18 (4):688-96.
13. Silva LB, Santos TCF, Oliveira AB, Martins GCS, Peres MAA, Almeida-Filho AJ. O processo de criação do curso de especialização em enfermagem em modalidade de residência no Hospital Ophir Loyola (Pará, Brasil). *Online Braz J of Nurs.* 2011 [cited 2011-08-08]; Available from <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/rt/context/j.16764285.2011.3214>.
14. Bourdieu P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil; 1999.